

2 ABR 1984

Solução de Amadores

Dívida Ext

A discussão acerca da negociação da dívida externa brasileira continua sendo efetivada ao arripio dos resultados alcançados pelas Autoridades Monetárias, cujo êxito torna-se cada vez mais evidente na medida em que se aprofunda a situação de perplexidade e desorientação em que se encontram outros países latino-americanos, em especial a Argentina.

É preciso reafirmar mais uma vez que não existe a propalada possibilidade de negociação entre governos para uma dívida que foi contraída diretamente com organizações financeiras privadas. As condições possíveis e reais são aquelas que essas organizações se disponham a conceder-nos. No caso da negociação ora encerrada, o Brasil obteve muita coisa que tem sido silenciada, quando o normal e correto é que fosse invocada, em especial para que se soubesse afinal em que consiste precisamente a inovação sugerida. Conseguiu-se reestruturar todos os empréstimos com vencimento em 1984 (US\$ 5,4 bilhões) e a renovação de linhas de crédito comercial e interbancário totalizando cerca de US\$ 17 bilhões. Afora novos empréstimos para assegurar o pagamento normal dos juros, recursos para financiar nossas exportações destinadas aos países industrializados, além do refinanciamento das dívidas de governo a governo (US\$ 3,8 bilhões). Os volumes globais envolvidos superam US\$ 30 bilhões, aproximadamente um terço de toda a dívida. Tais resultados é que estão assegurando a normalidade do nosso intercâmbio com o exterior, de sorte a facilitar desempenho que nos leve a reconstituir as reservas de que dispúnhamos em moedas fortes.

A reivindicação de cunho nitidamente amadorístico diz respeito a que a negociação não envolve todos os débitos dos próximos anos. Semelhante aspiração,

embora legítima, não tem qualquer respaldo na realidade. A condição essencial para que os banqueiros internacionais possam considerar um pleito desse tipo diz respeito à eliminação da inflação. Pela razão muito simples de que uma inflação de 200% inviabiliza novos investimentos, que pudessem se tornar atrativos a instituições financeiras para esse fim organizadas no exterior. E aqui aparece nitidamente a natureza real dos compromissos que assumimos perante o FMI, todos relacionados à contenção e derrubada do processo inflacionário. O inimigo do nosso desenvolvimento é a inflação e não uma entidade internacional constituída pela imensa maioria das nações do mundo, entre as quais se inclui o Brasil, o que lhe dá direito a indicar um de seus diretores.

Na medida em que o país conclua o seu saneamento financeiro, restaurando o clima apropriado para novos investimentos, estarão criadas as condições para que seja pleiteada a ampliação dos períodos abrangidos pela negociação. Nessa circunstância e embora os entendimentos não possam deixar de ser diretamente com os banqueiros internacionais, o apoio do Banco da Reserva Federal, do Banco da Inglaterra e da Comunidade Econômica Europeia, como igualmente do Japão, será sem dúvida de grande valia. É possível mesmo que então se disponham a participar das negociações, inclusive aportando recursos oficiais, como sugere em editorial recente o prestigioso **The New York Times**.

Os que relutam em reconhecer que a negociação de nossa dívida externa redundou em sucesso deveriam debruçar-se sobre o exemplo argentino. O Ministro Bernardo Grinspun perde tempo com discursos e fórmulas inócuas, quando o caminho é o entendimento direto com os prestadores.